

ELAINE DALL'AGNOL LIMA

NEOLIBERALISMO: EVOLUÇÃO E CRISE NO SÉCULO XXI

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof.^a Dra. Iara Vigo de Lima

**CURITIBA
2008**

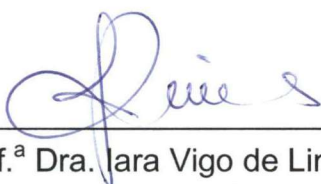
TERMO DE APROVAÇÃO

ELAINE DALL'AGNOL LIMA

NEOLIBERALISMO: EVOLUÇÃO E CRISE NO SÉCULO XXI

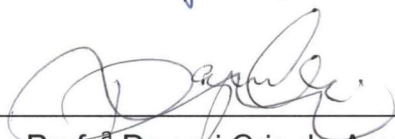
Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Departamento de Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:



Prof.ª Dra. Tara Vigo de Lima

Examinadora:



Prof.ª Dayani Cris de Aquino

Examinador:



Prof. Dr. José Guilherme Silva Vieira

Curitiba, novembro de 2008.

LISTA DE SIGLAS

ALCA	- Área de Livre Comércio entre as Américas
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
FMI	- Fundo Monetário Internacional
GATS	- Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
OMC	- Organização Mundial de Comércio
PAC	- Projeto de Aceleração do Crescimento
PED	- Países em Desenvolvimento
PIB	- Produto Interno Bruto
PRN	- Partido da Reconstrução Nacional
PROER	- Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional
TRIPS	- Acordo de Direitos de Comércio Relacionados à Propriedade Intelectual
UNCTAD	- Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

LISTA DE SÍMBOLOS

% - Por cento
US\$ - Dólar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 NEOLIBERALISMO NA HISTÓRIA	3
2.1 AS IDÉIAS LIBERAIS.....	3
2.2 AS CRÍTICAS AO MODELO LIBERAL.....	5
2.3 O NEOLIBERALISMO.....	8
3 A ASCENSÃO DA ONDA NEOLIBERAL NO FINAL DO SÉCULO XX	11
3.1 OS GOVERNOS DE MARGARETH TATCHER E RONALD REAGAN.....	11
3.2 O CONSENSO DE WASHINGTON.....	12
3.3 A SITUAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E O CENÁRIO NEOLIBERAL.....	13
4 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL	16
4.1 CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS QUE ANTECEDERAM O NEOLIBERALISMO NO BRASIL.....	16
4.2 O REFLEXO NEOLIBERAL NO BRASIL.....	18
5 O PARECER NEOLIBERAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI	24
5.1 O RESULTADO DAS AÇÕES NEOLIBERAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NOS PED's.....	24
5.1.1 Resultado do Neoliberalismo no Brasil.....	27
5.2 O NEOLIBERALISMO EM QUESTÃO.....	28
5.2.1 A rodada de Doha.....	31
5.3 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E A INTERVENÇÃO DO ESTADO..	35
CONCLUSÃO	40
REFERÊNCIAS	43

RESUMO

O trabalho aborda a evolução das idéias neoliberais, desde sua emergência na metade do século XX até os questionamentos a respeito de sua validade no contexto econômico do início do século XXI. Investiga-se a origem do neoliberalismo a partir das idéias liberais de grandes pensadores e economistas do século XVIII e a oposição a tais concepções apresentadas por Marx, Keynes e Polanyi. Na seqüência, analisa-se a ascensão do neoliberalismo nos países desenvolvidos na década de 1980 e como, através do Consenso de Washington, este modelo foi apropriado por economias em desenvolvimento, incluindo o Brasil. Avalia-se as conseqüências da adoção de tal modelo por esses países. Por fim, investiga-se como alguns eventos em particular a rodada de Doha e a crise financeira americana de 2008 apontam para um esgotamento de tal onda neoliberal.

Palavras-chave: neoliberalismo, Consenso de Washington, PED's, crise.

ABSTRACT

This work studies the evolution of neoliberal ideas, from their emergence in the middle of the 20th century to the debate about their acceptance in the economic context of the beginning of the 21st century. We investigate the origin of neoliberalism from liberal ideas of great thinkers and economists of the 18th century and the opposition to those conceptions such as introduced by Marx, Keynes and Polanyi. In what follows, we analyse the emergence of neoliberalism in the developed countries in the 1980s and how the model was adapted by developing economies, including **Brazil**, through Washington Consensus. We then consider the consequences of such adoption. Finally, we investigate some events - in particular the Doha round and American financial crisis of 2008 – that have led to a rethinking about the neoliberal wave.

Key-words: neoliberalism, The Washington Consensus, PED's, crisis.

1. INTRODUÇÃO

A finalidade desta monografia é estudar o “neoliberalismo” através do seu contexto histórico, sua adoção pelas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, incluindo o Brasil, e mostrar seu estado atual frente a fatos ocorridos ao longo da década de 1990 e anos 2000.

Em 1944, Friedrich Von Hayek expressou pela primeira vez a concepção de “neoliberalismo”. O modelo ganhou força após a década de 1970, anos em que a economia internacional entrou em crise e passou-se a questionar o poder estatal. Da mesma “Escola de Chicago”, Milton Friedman introduz a idéia a favor do livre mercado na economia, e junto a Hayek, torna-se um dos principais mentores do modelo neoliberal.

As idéias “neoliberais” abrangem conceitos que partem fundamentalmente da não intervenção do Estado na economia, de um mercado que se auto-regula, e a favor da abertura comercial dos países para que se relacionem entre si. Foram aplicadas inicialmente nos governos dos países desenvolvidos, como os de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, alcançando as economias subdesenvolvidas com o propósito de se promover o desenvolvimento.

Muitos pensadores expressaram idéias contrárias ao modelo neoliberal, supondo que o Estado deve intervir para minimizar as falhas que o mercado possui. A globalização que se acelerou no século XX e o cenário mundial nos primeiros anos do século XXI mostram que é cada vez mais difícil conter deslizamentos econômicos sem o apoio estatal. Isto tem sido demonstrado pela crise financeira americana em 2008, uma das maiores crises de mercado após o choque da Bolsa de Nova York em 1929.

O segundo capítulo visa buscar o que se entende por “neoliberalismo” a partir de um resgate da origem das idéias “neoliberais”. Está dividido em três partes: a origem e o desenvolvimento do liberalismo; críticas ao modelo liberal, presentes em especial nos pensamentos de Marx, Keynes e Polanyi; e a emergência do “neoliberalismo”.

O terceiro capítulo analisa como a onda neoliberal alcançou o Brasil. Estudam-se os anos antecedentes à sua maior influência e de que maneira os

governos se utilizaram dos fundamentos propostos, suas conseqüências e mudanças no cenário da economia brasileira.

O quarto capítulo apresenta a ascensão do movimento neoliberal pelo mundo, destacando os governos precursores às idéias neoliberais e incluindo a influência do Consenso de Washington nos países da América Latina.

O quinto e último capítulo investiga as conseqüências da adoção de idéias neoliberais nas economias dos países em desenvolvimento, além de relatar eventos que apontam para um repensar da teoria neoliberal, em especial a Rodada de Doha e a crise financeira mundial de 2008.

2. NEOLIBERALISMO NA HISTÓRIA

O presente capítulo tem por objetivo resgatar o início das idéias neoliberais a partir dos princípios do liberalismo. Está dividido em três partes, a primeira abrange seus primeiros pensadores e suas idéias. A segunda parte estuda a oposição às suas teorias, tal como discutida por Karl Marx, John Maynard Keynes e Karl Polanyi. Por fim, um terceiro tópico expõe o “neoliberalismo”, tal como descrito por Friedrich August Von Hayek e Milton Friedman.

2.1 AS IDÉIAS LIBERAIS

A palavra liberal é proveniente do latim LIBER (“livre”). No sentido original, o termo refere-se a uma filosofia política que tenta limitar o poder político, defendendo e apoiando os direitos individuais. Tais idéias surgiram com os pensadores iluministas do século XVIII, como John Locke e Montesquieu, que tentaram estabelecer os limites do poder político ao afirmarem que existiam direitos naturais e leis fundamentais de governo que nem os reis poderiam ultrapassar sob o risco de se transformarem em tiranos. Tais pensamentos combinavam com a idéia de que a liberdade comercial seria benéfica a todos. (LAGE, 2008)

O liberalismo econômico prega o fim da intervenção do Estado na distribuição e produção das riquezas, das medidas protecionistas e dos monopólios, além de defender a livre concorrência entre as empresas e a abertura dos portos entre os países. Foi defendido principalmente por Adam Smith e David Ricardo ambos da “Escola Clássica Inglesa”¹. (COULON e PEDRO 1995)

O escocês Adam Smith (1723-1790) publicou, em 1776, a mais importante obra de economia do século XVIII: “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações”², onde procurou demonstrar que a riqueza das nações resultava do trabalho dos indivíduos que, seguindo seus próprios interesses, promoviam, de forma conjunta, a ordem e o progresso da nação. Contrariando os mercantilistas, para ele não era necessária a intervenção do Estado na economia,

¹ Além de Smith e Ricardo, era composta por pensadores como Thomas Malthus, James Mill, Nassau Sênior entre outros.

² Foi publicada em 5 volumes, e estabeleceu alguns dos princípios que os economistas tem por base.

pois esta era guiada por uma "mão invisível"³, ou seja, pelas leis naturais do mercado. Essas leis eram a livre concorrência e a competição entre os produtores que determinavam o preço das mercadorias e eliminavam os fracos e os ineficientes. Assim, o próprio mercado regulamentava a economia, resultando em harmonia social, sem a necessidade da autoridade pública intervir para isso. O Estado deveria intervir somente para coibir os monopólios que impediam a livre circulação das mercadorias. As funções do Estado seriam garantir a lei, a segurança e a propriedade, além de proteger a saúde e incentivar a educação. (COULON e PEDRO 1995)

Outro precursor do liberalismo, David Ricardo, no século XIX, levou à defesa do modelo liberal ao plano internacional, afirmando que se os países se especializassem em determinados produtos e liberassem o comércio internacional, todos sairiam ganhando. (MARQUES, 2006)

Segundo MACHADO (2007), Ricardo previa também, a ocorrência de um "estado estacionário", resultante do crescimento populacional e responsável pelo cultivo de terras cada vez menos férteis, que só poderia ser protelado com a aplicação de um programa econômico liberal. Ao chegar a determinado limite, o lucro seria tão baixo que a acumulação de capital simplesmente cessaria, prejudicando o desenvolvimento econômico.

Outro defensor do liberalismo, James Mill, propunha a idéia de que todo indivíduo é propenso à corrupção pelo poder e ao abuso dele. Partindo disso, em sua teoria, as questões associadas ao governo relacionam-se às maneiras de evitar o mau uso do poder. Mill preocupa-se em investigar, numa sociedade de alto risco, como interesses privados podem convergir e propiciar a vida social; ou seja, como eles se transformam em interesses públicos, ou utilidade geral, que pode ser obtida através de uma fusão ou associação de interesses. (RODRIGUES, 2006)

Segundo Coulon e Pedro (1995), Thomas Malthus (1766-1834), que foi outro pensador pertencente à "Escola Clássica Inglesa", em seu livro "Ensaio sobre o Princípio da população", de 1803, elaborou a teoria da população em que era contrário a qualquer tentativa do Estado auxiliar no problema da miséria, como

³ O termo usado por Adam Smith sintetiza e articula a prosperidade e harmonia: interação espontânea entre os indivíduos, qualquer que fosse sua motivação, sempre resultaria em uma ordem virtuosa.

através da Lei dos Pobres⁴. Para Malthus, era preciso deixar que a própria “natureza”, por seus próprios meios, se encarregasse de banir o excedente da população: “o homem que nasce em um mundo já ocupado não tem direito a reclamar parcela alguma de alimento, pois no banquete ofertado pela natureza, não há lugar para ele”. (COULON e PEDRO, 1995) Ao mesmo tempo em que Malthus era contra a intervenção do Estado no caso da miséria, foi praticamente o único economista clássico a incentivar uma maior intervenção do Estado na economia para reduzir as taxas de desemprego na Europa por meio de obras públicas.

2.2 AS CRÍTICAS AO MODELO LIBERAL

Apesar da expansão liberal por grandes pensadores, o modelo não era aceito por todos. Karl Marx, John Maynard Keynes e Karl Polanyi eram contrários à idéia da não intervenção do Estado.

Marx (1818-1883), partindo de Smith e Ricardo, criticou a economia burguesa e o liberalismo, estendendo à luta de classes a compreensão de que o trabalho é que produz riqueza, demonstrando que os trabalhadores são explorados pela burguesia. Além disso, Marx defende que o capitalismo, ao dispensar o Estado como regulador, responsável pela administração do lucro e pela acumulação abstrata da mais-valia, acaba por desencadear uma série de impactos econômicos e sociais cujo equacionamento permanece em aberto. Acrescenta também que o capitalismo, dispensando qualquer forma de proteção ou regulação, questiona os mecanismos reguladores responsáveis pelo interesse público. (GARLIPP, 2001)

Ao contrariar a idéia da ‘mão invisível’ de Smith, ressalta que aos indivíduos é imposta:

“...a livre concorrência é a relação do capital consigo mesmo como outro capital, isto é, o comportamento real do capital como capital... [Ela] é o desenvolvimento livre do modo de produção fundado no capital; o desenvolvimento livre de suas condições e de si mesmo como processo que continuamente reproduz essas condições. Na livre concorrência, [as leis internas do capital] não se põem como livres ao indivíduo, senão que se põem como livres ao capital” (Marx *apud* Garlipp 2001).

Keynes, em sua crítica mais direta à crença liberal, assinala que em uma

⁴ A aplicação da Lei dos Pobres, levava o Estado a prover as necessidades humanas vitais da população pobre da Inglaterra, a fim de remediar os seus sofrimentos em paróquias mal administradas e repletas de corrupção.

economia de mercado, não se verifica a união entre o interesse individual, pela preferência pela liquidez, e o social, ou seja, produção, emprego e renda. O conflito de interesses é produto do funcionamento dos mecanismos dos chamados mercados livres, que são para ele, incapazes de equacionarem “os principais males da sociedade econômica em que vivemos [quais sejam] a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas”. (KEYNES, 1982, p. 372)

Através de suas críticas à doutrina e à política do *laissez-faire*⁵ expostas por Smith, Keynes considera-as absolutamente inadequadas para a solução dos problemas econômicos e sociais, especialmente o desemprego. Surge daí as suas proposições de políticas ativas a serem implementadas por meio da ação do Estado. A opinião favorável às intervenções governamentais resulta não só do caráter alternativo e revolucionário da sua construção teórica, mas também porque dela resultam políticas econômicas capazes de gerar desemprego e má distribuição da renda e da riqueza. (GARLIPP, 2001)

A preocupação maior de Keynes a esse respeito é proveniente de sua vontade de examinar de forma crítica a capacidade de auto-regulação do mercado, e por isso refere-se à necessidade de o Estado assumir maior responsabilidade na organização dos investimentos, por meio de uma política de regulação que vise maximizar a estabilidade. A ação do Estado defendida por Keynes provém da identificação que ele faz acerca da natureza intrinsecamente instável da economia capitalista, cujo modo de operação é contraditório acerca da racionalidade individual e social, antes que pela harmonia social advinda dos adeptos do *laissez-faire*. A ação do Estado, um meio que justifica o controle consciente da sociedade sob a economia, é a resposta de Keynes à falta de capacidade de auto-regulação da economia capitalista, sendo que para ele, a operação da “mão invisível” não produz a harmonia entre o enriquecimento privado e a criação de riqueza nova para a sociedade. (GARLIPP, 2001)

Outro pensador contrário ao modelo liberal, Karl Polanyi, em sua obra mais

⁵ Significa literalmente “deixai fazer”. Tornou-se o lema do liberalismo na versão mais pura do capitalismo em que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, concepção usualmente tributada por Smith.

prestigiada, “A grande transformação”⁶ (1944) procura desvendar a origem da economia capitalista, através da desmistificação do caráter natural e eterno atribuído ao mercado pelo liberalismo econômico. Ele procura vigiar como a categoria iniciante do livre-mercado é teórica e historicamente engendrada. A tarefa a que se propõe requer que sejam desvendados os processos pelos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, pretendendo-se auto-regulável, como uma esfera econômica autônoma com intenção de tomar conta de toda sociedade. (GARLIPP, 2001)

No contexto do capítulo IV de seu livro “A grande transformação”, Polanyi (1944, p. 62) afirma que: “uma economia de mercado é dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços do mercado”, onde destaca as características de não depender de interferências externas para poder organizar suas ações econômicas, que dão créditos perfeitos para que esse sistema tenha o nome de auto-regulável.

Uma das idéias de Smith que foi comprovada com erro por Polanyi, foi a de que o homem primitivo tinha na verdade uma idéia comunista, mesmo que de forma inconsciente, acarretando “um peso muito grande na balança” na idéia de mercado. Esse forma de classificar as sociedades de poucos anos atrás como primitiva, devido ao sistema econômico que adotavam, era feito como “mero prelúdio da verdadeira história da nossa civilização, que começou, aproximadamente, com a publicação da Riqueza das Nações em 1776.” (POLANYI, 1944, p.64)

Segundo GARLIPP (2001), a importância da contribuição de Polanyi se destaca pela singular demonstração de como o livre-mercado e a acepção clássica da economia simplesmente não subsistem fora dos marcos estreitos e datados do paradigma do sistema de mercado e, pois, como a crise de 1929, as duas guerras mundiais, o fim do padrão-ouro e do livre-mercado demonstram o caráter artificial e fictício dos mercados de mão-de-obra, terra e dinheiro, ao tempo em que desvelam a natureza anti-humana de certa arquitetura social. Deixada por si só, a sociedade regida pelo mercado pode degenerar, e a superação apenas poderia ser alcançada por meio da recolocação das ações econômicas no tecido social, como ensaiado

⁶ Publicado originalmente em 1944, foi de grande impacto nas ciências sociais em todo o mundo, pois surge com atualidade renovada, se contrapondo à onda de pensamento econômico neoliberal. Mostra de fato, que os anos 20 e 30 de nosso século marcam o fim de um período de “cem anos de paz” que caracterizaram o apogeu do liberalismo novecentista.

pelo arranjo da sociedade expresso nas diferentes experiências de construção do *Welfare State*⁷.

2.3 O NEOLIBERALISMO

Após a Segunda Guerra Mundial, o modelo do "Estado do Bem Estar Social" foi prioridade em diversos países europeus. Ainda, o aparente sucesso da planificação na União Soviética, teve forte influência sobre a política de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos durante os anos 50. Uma consequência desse modelo foi o fortalecimento do Estado, que se transformou em agente político e econômico de primeira ordem, assumindo o papel principal na planificação da economia a fim de regular os mercados, neutralizar as distorções e corrigir a má distribuição. O controle do Estado sobre os mercados, a política de preços, a política social a partir da redistribuição de rendas e programas habitacionais, foram introduzidos em muitos países. (CHAGAS, 2008)

No final da década de 1970, marcada pela crise da economia internacional, a corrente neoliberal ganhou importância e passou a ser praticada em alguns governos estratégicos, no caso de Margareth Thatcher, na Inglaterra e de Reagan, nos Estados Unidos.

A concepção neoliberal foi formulada pela primeira vez em 1944 por Friedrich Von Hayek e partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade. Tem como seus principais mentores Hayek e Milton Friedman, ambos vinculados à "Escola de Chicago"⁸.

Segundo ANDERSON (1995), as raízes da crise a partir de 1973, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia acabado com as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

⁷ O Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State*, foi implantado nos países capitalistas do hemisfério Norte durante a Guerra Fria. É considerado uma organização política econômica que coloca o Estado como agente da produção social e organizadora da economia.

⁸ Os líderes dessa escola são George Stigler e Milton Friedman, e suas idéias são associadas à teoria neoclássica da formação de preços e ao liberalismo econômico.

Segundo MARQUES (2006), a convicção de Friedman era de que o livre mercado era a melhor forma de enriquecimento dos indivíduos. Intransigente defensor da não intervenção estatal na economia defendia ainda a adoção de taxas de câmbio totalmente flexíveis no mercado internacional, para se ter livre mercado entre as nações. Com o Prêmio Nobel de Economia que ganhou em 1976, se fortaleceu a corrente liberal conhecida como “monetarismo” que busca um controle da emissão de moedas como condição necessária e determinante para minimizar a inflação e conseguir crescimento econômico. Daí decorre a adoção de diversos instrumentos de política econômica, entre os quais a elevação de juros para conter a inflação. O monetarismo minimiza o papel do investimento e afirma ser possível manter a estabilidade da economia apenas com controle monetário e liberdade de mercado.

Em relação ao que o Estado pode proporcionar, Friedman ressalta que:

“O liberal teme fundamentalmente a concentração do poder. Seu objetivo é o de preservar o grau máximo de liberdade para cada indivíduo em separado - compatível com a não-interferência na liberdade de outro indivíduo. Acredita o liberal que este objetivo exige que o poder seja dispersado. Não vê com bons olhos entregar ao governo qualquer operação que possa ser executada por meio do mercado - primeiro porque tal fato substituiria a cooperação voluntária pela coerção na área em questão e segundo porque dar ao governo um poder maior é ameaçar a liberdade em outras áreas.” (FRIEDMAN, 1977, p. 42)

Milton Friedman influenciou diversos governos desde Nixon nos EUA, de 1969 a 1974, até Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, de 1979 a 1990 e Ronald Reagan, também nos EUA, de 1981 a 1989, do qual foi conselheiro. Os dois últimos inauguraram a fase do neoliberalismo e construíram as bases para o Consenso de Washington, o receituário de medidas neoliberais. (MARQUES, 2006)

De acordo com PAREJO (2008), os neoliberais acreditam que o controle de preços é a peça-chave da economia de um país. A função do Estado seria manter o equilíbrio dos preços por intermédio da estabilização financeira e monetária, obtidas basicamente com políticas antiinflacionárias e cambiais. O neoliberalismo propõe uma desregulamentação da economia com controles públicos menos rígidos das atividades econômicas, afirmando Hayek (*apud* Anderson, 1995), que o neoliberalismo é “contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente

econômica, mas também política.”

O modelo propõe ainda, a privatização das empresas estatais como as usinas de energia, as indústrias de base, a construção e administração de estradas, a administração de portos e até parte de setores de fundamental interesse público como saúde e educação, a fim de diminuir os gastos do governo, pois ao encurtar alguns dos gastos com políticas sociais e obras públicas, o governo tende a diminuir os impostos e estimular as atividades produtivas. Portanto, o livre funcionamento do mercado, sem controles inibidores do Estado, é o caminho para a elevação da produção e, conseqüentemente, geração de emprego e de renda, acarretando efeitos sociais positivos. (PAREJO, 2008)

Por essa doutrina econômica ter como uma de suas características se opor a qualquer regulamentação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas, o salário mínimo é um exemplo disso, visto que além de não aumentar o valor real da renda do trabalhador, ainda excluiria a mão-de-obra menos qualificada do mercado de trabalho. Para os neoliberais, o piso salarial distorce custos de produção e seria uma das causas do desemprego. Segundo tal corrente de pensamento, o indivíduo teria mais importância que o Estado. Essa concepção se caracteriza pela valorização da competição entre as pessoas e liberdade de comércio, suas propostas procuram também abranger as grandes dimensões sócio-políticas de nossa época. (PAREJO, 2008)

A abertura comercial, outra proposta de cunho neoliberal, visa diminuir o protecionismo existente entre os países, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, que impulsionando a globalização da economia, faz aumentar também a concorrência com instituições financeiras internacionais, assim todas atuam em igualdade com as nacionais, podendo até gerar possíveis ganhos extras a partir da diferenciação entre os preços internacionais e domésticos. Ao eliminar as restrições ao capital externo, permite-se um maior investimento direto estrangeiro. (NEGRÃO, 1998, p.41-42)

Além dos governos de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan, a política econômica neoliberal também foi adotada em 1982 na Alemanha e em 1983 na Dinamarca. Quanto aos países da América Latina, foi introduzido no Chile e na Bolívia, em meados da década de 1990. Vários países os seguiram, como a Argentina e o Brasil, impulsionados pelo chamado Consenso de Washington.

3. A ASCENSÃO DA ONDA NEOLIBERAL NO FINAL DO SÉCULO XX

Esse tópico da monografia se refere à expansão do neoliberalismo pela economia mundial. As idéias neoliberais começam a ser praticadas nos países desenvolvidos e em seguida são adotadas em países em fase de desenvolvimento como a melhor opção para se implantar na busca da solução dos problemas. A corrente neoliberal atinge a América Latina através do Consenso de Washington e é reconhecida na economia internacional como um todo.

3.1 OS GOVERNOS DE MARGARETH TATCHER E RONALD REAGAN

O neoliberalismo, assumido como modelo hegemônico pelo capitalismo em escala mundial foi estabelecido com a eleição de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan nos EUA. Generalizaram-se, contando com o FMI, o Banco Mundial e a OMC, as políticas de liberalização econômica e financeira, com desregulamentação, privatização, abertura das economias para o mercado mundial, precarização das relações de trabalho, retração da presença do Estado na economia. (KUWAHARA, 2004)

No final da década de 1970, a eleição do governo Thatcher, na Inglaterra, anuncia a expansão das idéias neoliberais, haja vista ter sido este governo eleito com uma clara proposta liberal, configurando-se em uma atuação executiva no âmbito do Estado. O governo da que ficou assim chamada, "Dama de Ferro"⁹, foi considerado o mais puro modelo neoliberal, além de ser o primeiro a ser eleito com propostas explícitas de não intervenção econômica. (KUWAHARA, 2004)

Durante seu governo, as taxas de juros foram elevadas, contraiu a emissão de moeda, reduziu consideravelmente os impostos sobre os rendimentos altos e foram abolidos os controles sobre os fluxos financeiros, buscando assim atrair parte dos excedentes. Em termos sociais, elevou-se o desemprego e greves foram debeladas, uma legislação notadamente anti-sindical foi estabelecida e os gastos sociais foram cortados. Houve a realização de um amplo programa de privatização, iniciado pela habitação pública, passando pelas indústrias de infra-estrutura e no

⁹ Margaret Thatcher era assim chamada por sua notória antipatia pelo comunismo.

setor de serviços. (CREMONESE, 2002)

Já nos Estados Unidos, o modelo teórico neoliberal conseguiu alcançar os objetivos básicos e manter uma prática de princípios neoliberais muito antes da confirmação do modelo teórico. A diferença do neoliberalismo americano caracteriza-se, tecnicamente, pelo desrespeito à disciplina orçamentária necessária para sustentar a corrida armamentista da Guerra Fria, que foi somente possível graças à sua parcela na economia mundial, permitindo-lhe conviver com altos déficits no balanço de pagamentos. No caso americano, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, conquistada através de uma estratégia para desestabilizar a economia soviética e assim derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e acalmou a única greve séria de sua gestão. (KUWAHARA, 2004)

A corrida armamentista facilitou o desenvolvimento de novas tecnologias, inicialmente militares, que permitiram bases para as importantes transformações na estrutura produtiva e na alteração de paradigmas tecno-econômicos.

3.2 O CONSENSO DE WASHINGTON

O chamado “Consenso de Washington” foi elaborado por John Williamson¹⁰, em novembro de 1989, como sendo um conjunto de proposições que condensariam o que na época, as instituições multilaterais sediadas em Washington julgavam como um melhor conjunto de políticas a serem adotadas pelos países da América Latina em busca do crescimento econômico. (GIAMBIAGI e ALMEIDA, 2003)

O período era o fim dos anos 80, após a chamada década perdida, em que os países latinos, baseados no desenvolvimento a partir da substituição de importações e com forte intervenção do Estado na economia, entravam em crise.

Segundo Williamson (1990, p. 8-17), o Consenso de Washington é constituído de 10 reformas: 1) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; 2) mudança das prioridades relacionadas às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; 3) reforma tributária, sendo que “a base

¹⁰ Economista britânico, nascido em 1937, membro do “Institute for International Economics” desde 1981.

tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; 4) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; 5) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado e que fosse ao mesmo tempo em que fosse competitiva; 6) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); 7) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; 8) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; 9) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; 10) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro.

De maneira resumida, as cinco primeiras reformas poderiam ser expressas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental. As demais são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido. (PEREIRA, 1991)

Esta lista de reformas retratava, portanto, conforme o diagnóstico, que a crise latino-americana tivera origem basicamente na indisciplina fiscal, no populismo econômico, no estadismo¹¹ e protecionismo nacionalista.

3.3 A SITUAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E O CENÁRIO NEOLIBERAL

Nos anos 80, a América Latina atravessava a pior crise de sua história. Diversos países passavam ou tinham tido a experiência de hiperinflação e altos déficits públicos em relação aos padrões internacionais, e ainda obtinham intenso protecionismo de suas economias. marcada por estagnação econômica e por altas taxas de inflação. Em certos momentos, com índice superando a taxa de 50% mensais, configurou-se hiperinflação na Bolívia em 1985, no Peru, de 1988-/90, na Nicarágua, 1988-89, na Argentina, 1989-90 e no Brasil em 1990, fato nunca ocorrido antes em toda América Latina. (PEREIRA, 1991)

Partindo dessa abordagem, era preciso encontrar um meio de retomar o crescimento e solucionar a crise. As perspectivas de Washington para a crise exercem poderosa influência sobre os governos e as elites da América Latina. De acordo com Washington as causas da crise latino-americana eram praticamente

¹¹ Corrente política que defendia a idéia de que o governo deve direcionar suas atitudes para o desenvolvimento do Estado.

duas: o forte crescimento estatal, protecionismo, com muitas formas de regulação e empresas estatais ineficientes e em grande número, e o populismo econômico, em referência à incapacidade de controlar o déficit público e de manter controladas as demandas salariais tanto do setor público quanto do privado. (PEREIRA, 1991)

A principal meta neoliberal para esses países era o combate à inflação, como condição prévia indispensável à retomada do crescimento econômico, à modernização tecnológica e à distribuição de renda. A luta contra a inflação era a forma específica de lutar contra a presença do Estado, considerando que a inflação é promovida pelo Estado, fabricando moeda para cobrir seus déficits, o que levaria igualmente à redução dos gastos públicos e, com estas, a retração das prestações de serviços pelo Estado particularmente as dirigidas às camadas mais pobres da população, exatamente as que estavam em piores condições na disputa dos recursos reduzidos nas mãos dos governos. (NAÍM, 2000)

Propunha-se a desregulamentação para estimular os negócios em geral, pois a regulamentação excessiva era entendida como uma barreira para o aumento da atividade econômica e o desenvolvimento. A liberalização comercial a ser implantada, tinha o objetivo de diminuir o grau de proteção que existia no período de implantação do Consenso de Washington, e que garantia reservas de mercado que permitiam que produtores locais se apropriassem de ganhos extraordinários provenientes da diferenciação entre os preços internacionais e domésticos. O financiamento externo propunha obter poupança externa sem maiores problemas associados à possibilidade da não renovação de empréstimos internacionais, como ocorria anteriormente. (NAÍM, 2000)

A unificação cambial se destinaria a evitar a existência de um sistema de câmbio baseado em taxas múltiplas, ao amparo do qual tinham sido constituídas verdadeiras fortunas particulares, devido à possibilidade de aquisição, a uma cotação favorável, de divisas que podiam ser depois vendidas no mercado negro a uma taxa muito maior. A defesa dessa unificação cambial se dava na suposição de que essa taxa única deveria ser estabelecida em níveis de mercado, e não com uma cotação artificial, que tantos problemas de balanço de pagamentos tinham criado no passado. (GIAMBIAGI e ALMEIDA, 2003)

A privatização era proposta como uma maneira de o Estado assumir que não possuía condições fiscais de investir em programas que as empresas, então

estatais, necessitavam melhorar a gestão das empresas que fossem vendidas ao setor privado. Por fim, era preciso também reorganizar os gastos públicos, focando setores sociais como saúde e educação, o que seria bem aceito nos países da região. (PEREIRA, 1991)

Como políticas concretas, o neoliberalismo se iniciou na América Latina, mais precisamente na Bolívia e no Chile de Pinochet, que assumiu o poder em 1973, a Argentina foi a seguinte, tendo início em 1977. A partir daí, os demais países latinos foram gradativamente adotando as políticas neoliberais.

4. O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O quarto capítulo retrata como o neoliberalismo se iniciou no Brasil, a partir do Consenso de Washington, contextualizando os anos que antecederam às idéias neoliberais. Mostra também o impacto que as idéias neoliberais causaram sobre a política e a economia, e a forma com que foram implantadas. Está dividido em três partes, e salientam ainda como funcionou a abertura comercial, os investimentos estrangeiros e a idéia de privatização.

4.1 CARACTERÍSTICAS POLÍTICAS QUE ANTECEDERAM O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

O fraco desempenho da economia brasileira no período 1980/2000 contrasta fortemente com o histórico de crescimento do país nas décadas anteriores do século XX. Por diversas décadas, o Brasil foi uma das economias de crescimento mais rápido do mundo. A crise de acumulação do capitalismo brasileiro, que se originou em meados da década de 1970 e desenvolveu-se em 1980, propagou a necessidade de uma reestruturação radical da economia e do Estado e do seu modo de inserção no sistema mundial do capital. (ALVES, 2002)

O país enfrentou como a maioria dos países da América Latina, um forte processo inflacionário, deixando um saldo considerável de concentração de renda e miséria. A crise da América Latina passou a ser explicada pelo excessivo crescimento do Estado e pelo esgotamento da estratégia de intervenção. A crise era vista como imobilizadora do Estado, transformando o em obstáculo ao invés de promotor de desenvolvimento. Tratava-se de um problema estrutural, ao invés de um simples problema conjuntural.

A década de 1970 encerrou um modelo de desenvolvimento denominado de substituição de importações, em que o processo de industrialização ocorreu motivado por estrangulamentos externos, contando com elevada proteção do mercado, tanto por controles diretos quanto indiretos das importações.

A sucessão de desequilíbrios nos anos de 1980 e o impacto na produção e no emprego significaram uma alteração efetiva de tendência da economia. A crise

da dívida externa, provocada pela elevação dos juros internacionais e pelo fim do fornecimento de crédito externo em prazos e juros atrativos, aprofundou o desequilíbrio nas contas externas, já debilitadas pela segunda grande elevação do preço do barril do petróleo. Mas com o agravamento da situação das contas externas, o governo brasileiro recorre ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para obter novos recursos e o aval da instituição para um programa de ajuste da economia, conseguindo, assim, renegociar os débitos vencidos e a vencer com os credores internacionais e obter novas linhas de créditos comercial e interbancário. O acordo fechado com o FMI para o biênio 1983-1984 impôs uma política drástica de ajuste interno e externo, sob a responsabilidade do setor público. As metas a serem atingidas, seja na área fiscal, em vista da redução do déficit público, seja na área externa, com objetivo de obter o equilíbrio no balanço de pagamento, resultaram na redução da demanda interna com sérios impactos sociais decorrentes do aumento do desemprego, da queda dos rendimentos dos trabalhadores e da aceleração da inflação. (ALVES, 2002)

Apesar do êxito relativo das metas externas, negociadas com o FMI, a aceleração da inflação e a deterioração das contas públicas, decorrentes do elevado peso dos encargos da dívida pública interna e externa, foram indicativos das prioridades a serem perseguidas no governo de José Sarney e no governo Collor de Mello.

Na última metade dos anos 1980, sob o governo Sarney, planos de estabilização monetária foram implantados como o Cruzado I e II e Verão, que não obtiveram sucesso, e a tentativa de a Constituição de 1988 incorporar pretensões reformistas de uma burguesia liberal num contexto político interno de ascensão dos movimentos sociais e da oposição política de esquerda, que não deu certo. (ALVES, 2002)

Mas a vitória eleitoral das elites liberal-conservadoras, com Fernando Collor de Mello, do PRN, em 1989, foram criadas as condições políticas necessárias para uma série de reformas do capitalismo brasileiro voltadas, principalmente, a facilitar o acesso do país a capitais financeiros internacionais. O livre acesso mundial do capital, segundo os fundamentos neoliberais, poderia contribuir para a constituição de um novo padrão de financiamento e de investimento do capitalismo brasileiro, capaz de dar um novo impulso à acumulação de capital no Brasil (GOLDESTEIN,

1994, p. 99).

4.2 O REFLEXO NEOLIBERAL NO BRASIL

Pertencente ao ordenamento econômico mundial e sendo participativo no comércio internacional desde os tempos coloniais, o Brasil não ficou de fora do debate sobre a presença do Estado na atividade econômica, seja como elemento regulador ou mesmo empreendedor. Pode-se dizer que o Brasil, desde a Independência até a crise mundial de 1929/30, alinhou-se entre os seguidores da doutrina econômica liberal. (RECCO, 2004)

No início dos anos 90, o Brasil foi atingido por uma era de idéias liberais as quais vinham tomando conta dos países europeus e EUA. Teria ocorrido assim, uma transição natural do antigo protecionismo estatal para um conjunto de princípios e práticas que foram rompendo com o regime adotado anteriormente. Após o Consenso de Washington, o poder político e os economistas brasileiros passaram a deixar de acreditar na predominância ideológica do estruturalismo e da industrialização pregada pela CEPAL, e se comprometer com os princípios neoliberais para a implantação de tais idéias no regime político do Brasil. (SILBER, 2002)

Os neoliberais no Brasil tiveram, num primeiro momento, grande apoio popular, e por conta disso, criaram uma âncora política forte para inserir contra-reformas no Estado. Todas as medidas propostas eram pré-condições para se garantir a estabilidade econômica e a inflação baixa, decorrentes da crise iniciada em 80. Essa era a maneira com que se podia efetuar essas garantias e ainda programar as contra-reformas econômica, administrativa, previdenciária, trabalhista, entre outras. (ARAÚJO, 1998)

As mudanças ocorridas no decorrer da década de 90 refletem as mudanças que estavam ocorrendo no plano internacional. Em decorrência disso, via-se um aumento do grau de abertura da economia mundial e alguns fenômenos de integração e globalização produtivos, percebia-se uma maior integração da divisão internacional do trabalho, além de um aumento da integração tecnológica e preparo da mão-de-obra. (OLIVEIRA, 1993, p. 14)

Tratando de uma política neoliberal, o presidente Fernando Collor de Mello deu início à abertura comercial, via eliminação de barreiras não-tarifárias às compras externas e progressiva redução das alíquotas de importação. Essa estratégia teve início no governo Sarney em 1988, sendo mantida pelo governo Collor. (ALVES, 2000)

Embora as medidas adotadas em 1988/89 tenham sido poucas, quando comparadas às implementadas a partir de 1990, elas representaram uma nítida mudança na orientação comercial brasileira. Com efeito, esta fase se caracteriza pelo início da redução das tarifas nominais e, portanto, da redundância tarifária e pela aplicação de medidas tópicas direcionadas à diminuição das barreiras não-tarifárias. Nota-se, assim, a preocupação em aumentar a liberalidade do regime comercial. A reforma tarifária ocorrida em maio de 1988 pode ser considerada um marco neste sentido, na medida em que se constituiu no primeiro conjunto de medidas contendo um teor liberalizante, desde o início da imposição de restrições às importações no início dos anos 80. (AZEVEDO e PORTUGAL, 1998)

Segundo ALVES (2002), é nesse cenário de inserção na mundialização do capital que se acelerou o processo de reestruturação produtiva, aprofundando-se as tendências de transformação da estrutura de produção capitalista. O "choque de competitividade", que percorreu os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, tornou-se um traço marcante desta década. Desde o governo Collor constituíram-se diretrizes voltadas a dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas dos paradigmas internacionais.

O governo Collor deu início a um programa de reforma do Estado, cujo objetivo consistiu no programa de privatização, sob a gestão do BNDES. Mas pela dificuldade de Fernando Collor em estabilizar a economia e conduzir as reformas liberais, significou a perda de seu apoio em importantes frações da burguesia brasileira, e diante de denúncias de corrupção, teve seu impedimento em outubro de 1992. (ALVES, 2000)

O espaço político dominante foi ocupado por uma nova composição neoliberal, articulada em torno do governo Itamar Franco, que criou, logo após, as condições macroeconômicas para o lançamento do Plano Real, que demonstrou ser

vitioso em reduzir drasticamente a inflação no país. Nas eleições de 1994, foi eleito para Presidente da República o candidato Fernando Henrique Cardoso. Desde 1993, a economia brasileira demonstrava sinais de recuperação, após a recessão do período Collor. (FILGUEIRAS, 2000, p. 64).

Os anos de 1994-1997, com o governo Cardoso, constituíram-se a partir de uma convergência política liberal-conservadora bastante ampla, capaz de articular as elites políticas, regionais e nacionais, num programa econômico voltado para a estabilização monetária e a reforma do Estado capitalista no país. Criaram-se novas perspectivas para investimentos privados, internos e externos; no plano geopolítico regional, fortalecendo o MERCOSUL.. (ALVES, 2000)

O período denominado a “era FHC”, notabilizou-se pelo aprofundamento das práticas neoliberais de desregulamentação da economia, liberalização do comércio e privatização. Os garantidores do cumprimento dessas orientações, virtuais imposições, seriam as conhecidas organizações internacionais FMI e BIRD, através das condições para a liberação de empréstimos. (BASTOS, 2003)

Um dos traços característicos da conjuntura da economia brasileira sob o governo Cardoso foi sua instabilidade estrutural, decorrente da política econômica do *stop and go*¹², determinada pelas flutuações sistêmicas da economia mundial. (ALVES, 2000)

Diante de uma inflação crescente e persistente, o governo implementou o Plano Real, que conseguiu, de fato, reduzir a inflação para patamares muito baixos. Com a redução do chamado imposto inflacionário apropriado pelos bancos, pelas empresas e pelo setor público, foi possível, num primeiro instante, um ganho para as camadas mais pobres da população, que não contavam com contas remuneradas e com mecanismos de indexação de seus rendimentos. (ARAÚJO, 1998)

De certa forma, o Plano Real sustentou-se em uma arquitetura macroeconômica que aproveitava as facilidades da conjuntura financeira internacional. A política neoliberal do governo Cardoso contribuiu para criar as condições macroeconômicas propícias, mas um tanto vulneráveis, de um novo ciclo

¹² “As políticas de *stop and go*, se caracterizam pelo excesso de expansionismo em fases de folga do financiamento externo, seguido de severa repressão monetária e fiscal logo que o desequilíbrio da balança de pagamentos voltava a manifestar-se.”(CARDOSO, T. **A Desforra do Stop and Go?** Abr. 2002)

de acumulação no Brasil. Afinal, é impossível não atrelar os fatos ocorridos nas décadas de 1980 e 1990, ao funcionamento internacional naquele período e foi aí que a política neoliberal se aproveitou da liquidez do mercado financeiro internacional, ao mesmo tempo que, no governo Clinton, a economia americana recuperou-se de uma recessão e teve início um dos mais significativos períodos de expansão da economia americana no século XX (BATISTA Jr., 2000, p. 121).

Apesar da crise do México, em 1995, o cenário internacional caracterizou-se por uma economia mundial exuberante em seu ciclo de valorização. Um ciclo de crescimento do capital financeiro, cujo epicentro foi o EUA sob o governo de Bill Clinton, disseminou-se pelo Sudeste Asiático, México e Rússia. A ideologia da globalização, mesmo prejudicada pela crise mexicana, foi adotada pelos governos neoliberais para legitimar suas políticas de mercado. O governo Cardoso precisou desacelerar a economia para evitar uma crise de balanço de pagamentos, que o estava levando ao mesmo impasse do México. (CHESNAIS, 1996, p. 29)

O retorno à normalidade nos mercados financeiros internacionais, a partir de abril de 1996, bem como o melhor desempenho das contas externas do país, promoveu uma nova retomada de crescimento da economia, que iria até junho de 1997. Ocorreu uma outra inflexão no ritmo das atividades em julho de 1997, em virtude da crise dos países asiáticos e da crise da Rússia; esse período recessivo da economia prosseguiu até dezembro de 1998. Finalmente, em janeiro de 1999 ocorreu a desvalorização do Real. (CHESNAIS, 1996, p. 135)

O Programa Nacional de Desestatização, desenvolvido desde o governo Collor, principalmente com a privatização das empresas siderúrgicas, de telecomunicações e de energia elétrica (ainda incompleto), tendeu a atrair uma pletera de capitais externos. Enquanto os governos Collor e Itamar priorizaram a transferência de ativos públicos dos segmentos de insumos básicos (siderurgia, fertilizantes e petroquímica), o governo Cardoso privilegiaria as áreas de transporte, mineração e telecomunicações (BIONDI, 1999; 2000).

A política de abertura comercial e o câmbio valorizado contribuíram para um ciclo de falências, fusões e aquisições nas empresas brasileiras. Aprofundou-se a desnacionalização da economia brasileira. (GONÇALVES, 1999)

As elevadas taxas de juros acenavam com generosas taxas de rentabilidade para o especulador estrangeiro. No decorrer da dessa década, as taxas de juros mantiveram-se elevadas, prejudicando qualquer crescimento sustentável do investimento produtivo no país. A manutenção das taxas de juros elevadas tornou-se uma das principais variáveis nas políticas de estabilização neoliberal (FILGUEIRAS, 2000, p. 98).

Devido à ascensão do livre comércio no Brasil, as empresas estrangeiras ampliaram sua participação no mercado brasileiro. Como resultado, as empresas nacionais perderam espaço para as filiais estrangeiras, que, ao possuírem acesso a capital e tecnologia das matrizes, puderam se aproximar mais rápido do melhor da prática internacional. (GIAMBIAGI e ALMEIDA, 2000)

A competição ocasionada pela da abertura comercial fez com que as empresas brasileiras modificassem seu parque produtivo e obtivessem uma maior produtividade para competir com seus produtos, contra os produtos importados. (POCHMANN, 2001b). As empresas fizeram diversas modificações também para acelerar a terceirização de atividades, abandonar linhas de produtos, fechar unidades, racionalizar a produção, importar máquinas e equipamentos, buscar parcerias, fusões e transferências de controle acionário e reduzir custos, sobretudo de mão-de-obra, tudo em prol da modernização. (MATTOSO, 2000, p. 30).

Pôde-se observar ainda, uma maior intervenção de empresários nacionais, que atrelados ao governo e dispo de instrumentos como o BNDES, puderam reduzir as desvantagens existentes em termos de acesso a capital e tecnologia, além de ampliar as possibilidades de crescimento e sobrevivência da empresa nacional. (GIAMBIAGI e ALMEIDA, 2000)

Segundo ARAÚJO (1998), Além da existência das estatais, estava em curso uma ampla privatização dos serviços públicos. Por serem de caráter duvidoso em relação à qualidade e representarem uma notável desintegração social, a privatização da saúde e previdência foi cada vez mais aprofundada, não havendo grande resistência da sociedade.

A partir de julho de 1997 e até 2000, ocorreu uma alteração qualitativa na conjuntura da economia brasileira, devido à "nova crise da globalização", que atingiu o Sudeste Asiático, Coréia do Sul, Rússia e Argentina. A crise estrutural da

Argentina tendeu a colocar o projeto de integração do Cone Sul¹³, o Mercosul, num compasso de espera. (ALVES, 2000)

Diante das perspectivas de "crise da globalização", os estrategistas do Departamento de Estado americano colocam a necessidade do aprofundamento da integração continental. Dessa forma, a ALCA, tende a significar para o capital de oligopólio uma expansão possível de mercado nas condições de uma crise de superprodução, que atinge o núcleo do capital hegemônico e que assume tamanha proporção que nem as rodadas de liberalização comercial, levadas seriamente pela OMC nos anos 1990, nem a perspectiva de abertura do mercado da China continental, por meio de seu ingresso na OMC, conseguiram ser suficientes para acalmar a valorização. Exige-se mais integração regional e abertura de mercados ainda cativos, sem uma reciprocidade para produtos brasileiros. (ALVES, 2000)

Em decorrência da desvalorização cambial de 1999, no centro da crise da globalização no Brasil, notou-se em 2000, uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira, puxada pela redução da taxa de juros, substituição de importações e o crescimento das exportações.

¹³ Corresponde a parte Meridional da América do Sul.

5. O PARECER NEOLIBERAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

O último capítulo procura mostrar quais foram os resultados apresentados pelos países subdesenvolvidos que se submeteram às idéias impostas pelos países desenvolvidos para a retomada do crescimento. Será verificado, de maneira mais específica, o comportamento da América Latina após o Consenso de Washington, focando ainda no Brasil. Por fim, serão observados alguns episódios que fizeram com que o neoliberalismo fosse questionado a partir de suas hipóteses, citando a Rodada de Doha e a crise financeira mundial relacionada à questão da intervenção do Estado.

5.1 O RESULTADO DAS AÇÕES NEOLIBERAIS PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO NOS PED'S

A abordagem de Washington sugere a idéia de que é suficiente estabilizar a economia, liberalizá-la e privatizá-la, para que o país retome o desenvolvimento. Evidências, não comprovaram a hipótese. Países que lograram estabilizar-se e empreenderam reformas liberalizantes, como a Bolívia e mais recentemente o México, não retomaram o crescimento. Segundo Pereira (1991), Dornbusch (1989) e Malan (1989) avaliaram e chegaram a conclusão que tal situação estava criando um claro mal-estar em Washington. A razão do mal-estar era evidente: a estagnação depois que as reformas foram implementadas desafia a abordagem de Washington, ao mesmo tempo em que confirma a abordagem da crise fiscal.

Depois dos ciclos de crise regional, iniciados com a crise mexicana em 1994, seguida pela crise do sudeste asiático em 1997, pela russa em 1998 e pela brasileira em 1999, configurou-se um quadro de esgotamento do neoliberalismo. Na América Latina, enquanto inicialmente os presidentes se elegiam e se reelegiam conforme adotavam as políticas neoliberais – como aconteceu com o Carlos Menem, com Alberto Fujimori e com Fernando Henrique Cardoso, a partir do final da virada do século passou a acontecer o contrário. Fernando de la Rúa na Argentina, Jorge Battle no Uruguai, Alejandro Torres no Perú, Sanchez de Losada na Bolívia, Vicente Fox no México – passaram a ter um destino oposto: não mudavam o modelo

econômico e fracassavam rapidamente. (CANNABRAVA, 2003)

As reformas neoliberais não trouxeram progresso a muitas regiões, sobretudo na América Latina e na África. Segundo o próprio FMI, os anos 1990 foram decepcionantes para a economia da América Latina. De acordo com um relatório de 2005, reformas estruturais estimularam o crescimento, mas não resolveram problemas antigos: o número de pobres era de 14 milhões na última década, e o PIB per capita caiu mais de 1% entre 1997 e 2002. (FRANCO, 2008)

Os países da América Latina aplicaram as reformas do Consenso de Washington em diferentes níveis, mas de uma forma geral os pontos foram tangenciados pelos Estados. Alguns desses ajustes vieram tardiamente, como no caso do Brasil e Argentina. Estes, após terem aproximado suas taxas de câmbio ao dólar (a Argentina através da vinculação do Peso à unidade monetária estadunidense, e o Brasil através do estabelecimento de bandas cambiais), tiveram que desvalorizar o câmbio abruptamente em função de altos déficits em transações correntes. Isso porque a balança comercial se tornou deficitária em função de uma redução das exportações com taxas pouco competitivas, e aumento das importações, redução dos preços relativos dos bens importados. (NAIME, 2004)

De acordo com o relatório sobre comércio de desenvolvimento da UNCTAD, a política de rigidez cambial atrelada ao dólar, conseguiu segurar a alta inflação das economias argentina e brasileira, quebrando assim o ciclo inflacionário que perdurou por anos. Segundo a organização, a política de manutenção de taxas mais competitivas permitiu a conversão para uma balança comercial superavitária, impulsionando o crescimento do PIB previsto para tais países em 2004. (NAIME, 2004)

Segundo NAIME (2004), o ocorrido vale para a maioria dos países da América Latina no que se refere ao equilíbrio das finanças via balança comercial. Com taxas de câmbio desvalorizadas, os preços de seus bens se tornaram mais atraentes no mercado internacional, gerando superávits. No entanto, para os anos anteriores a 2004, o desempenho dos países latino-americanos não foi tão satisfatório quanto esperavam os defensores do Consenso de Washington.

Na África Subsaariana¹⁴, a pobreza cresceu muito. Desde 1981, a redução

¹⁴ Engloba os países situados ao sul do deserto do Saara.

de 13% no PIB per capita fez com que dobrasse o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia. Nos países da Europa Oriental, o número de pessoas que estão na miséria atingiu 6% em 2000; antes, esse percentual era próximo de zero. Já os países industrializados prosperam mais que os emergentes. Em 1990 a renda média dos 20% mais ricos no mundo era 60 vezes maior que a dos 20% mais pobres, em 1999 ela passou a ser 74 vezes maior. (FRANCO, 2007)

É a esse quadro de crise econômica e social – que ao mesmo tempo debilitou os sistemas políticos – que o neoliberalismo entrou também em crise ideológica, com os valores mercantis sendo questionados de forma crescente, até mesmo por organismos como o Banco Mundial e por ex-teóricos do neoliberalismo, que passaram a reivindicar ações complementares por parte do Estado e outras formas compensatórias para remediar os danos sociais causados pelas políticas mercantis. (SADER, 1995)

Os países que adotaram políticas neoliberais podem ser considerados enfraquecidos, pois, primeiramente, não souberam tirar partido do crescimento e em segundo lugar, quando cresceram realmente, os benefícios ficaram nas mãos dos mais ricos. Esse consenso de livre mercado e intervenção governamental foi de certa forma ruim para os países em desenvolvimento. Foi-lhes dito, por exemplo, para deixar de intervir na agricultura, expondo assim seus fazendeiros à incomparável concorrência dos Estados Unidos e da Europa. Eles poderiam competir com seus pares americanos e europeus, mas não com os subsídios dos EUA e da União Européia. Os investimentos em agricultura caíram nos países em desenvolvimento, pois não tinham condições de competir com os países ricos, resultando assim numa ampliação do viés entre os que têm e os que não têm o que comer. Os custos recaem sobre os habitantes dos países em desenvolvimento, especialmente os pobres. (STIGLITZ, 2008)

É inegável que a política neoliberal teve êxito em sua prioridade de combater a inflação, a taxa de lucro mostrou recuperação, dada a menor influência de sindicatos, mas também gerou um alto índice de desemprego e houve aumento das desigualdades.

É fácil compreender que as políticas econômicas sugeridas no receituário de Washington, encontram-se de certo modo ultrapassadas. A idéia de um mercado livre nas condições atuais do capitalismo é praticamente inexistente. Além de esta

onda ter provocado conseqüências sociais, a desregulamentação e a abertura da economia levaram a uma maior concentração da renda, ao agravamento da crise social e da dependência externa. Aumentou a distância entre países ricos e pobres e também entre os segmentos sociais mais ricos dos mais pobres. Isso tudo porque ao agente econômico capitalista, ou mesmo ao mercado, o que interessa é o lucro, não só sua maximização, mas a obtenção do maior lucro possível. Mesmo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tiveram de reconhecer os resultados nada agradáveis da implementação dessas políticas. (BASTOS, 2003)

Um relatório divulgado pelo Banco Mundial (BIRD, 2000), mostra que, no período de maior influência do neoliberalismo, houve um aumento da pobreza e, ao contrário do que se esperava, do protecionismo. O relatório ressalta também que a diferença das rendas entre países mais ricos e mais pobres cresceu seis vezes no mesmo período. Conforme mencionado anteriormente, o relatório enfatiza, ainda, o crescimento do protecionismo, especialmente nos países industrializados, justamente os que pregavam as idéias contrárias à isto, são os que impõem restrições, sob as mais diferentes maneiras, às importações dos países em desenvolvimento, mas não aceitam as mesmas restrições às suas mercadorias. O resultado é uma competição que só prejudica os países em desenvolvimento. (BASTOS, 2003)

5.1.1 Resultado do Neoliberalismo no Brasil

De modo geral, pode-se dizer que o neoliberalismo no Brasil cumpriu o que prometia, sendo eficiente no fornecimento de serviços econômicos, mas com algumas insuficiências localizadas, que podem ser explicadas pelo ambiente de crise financeira externa e pela própria magnitude dos desafios que o aguardavam desde o final dos anos 80. Não ocorreram grandes falhas causadas pelo neoliberalismo, como pode ter ocorrido em países vizinhos ou em regiões mais distantes, mas os resultados também não foram realmente de grande importância. Houve um modesto crescimento, mas uma insuficiência aparente das transformações estruturais. Talvez uma perspectiva histórica de maior alcance permitirá, no futuro, avaliar a amplitude das transformações ocorridas nos anos 90. (ALMEIDA, 2002)

Os melhores resultados foram em relação à crise inflacionária e da recuperação do poder da moeda como elemento de referência e reserva de valor, com os pequenos sobressaltos eventuais que seriam normais de se esperar de um país acostumado a mecanismos indexadores. No campo regulatório as mudanças foram igualmente importantes, com diversas emendas constitucionais. Na reforma administrativa e previdenciária, as mudanças foram menos completas ou definitivas, mas ainda assim pode-se perceber os progressos do neoliberalismo. (ALMEIDA, 2002)

Segundo ALMEIDA (2002), vale a pena citar que a redução ou eliminação do imposto inflacionário correspondeu a um passo inicial na correção das desigualdades sociais no Brasil, uma vez que os índices de concentração de renda estão em parte associados a esse imposto, ainda que outros fatores tenham de ser igualmente levados em conta, como práticas regressivas na área social e na alocação de dotações públicas, por exemplo. No caso das políticas regionais, por sua vez, ocorreu um dos mais vigorosos processos de descentralização industrial e de redistribuição espacial de atividades econômicas já registradas em toda a história do país, equivalentes, talvez, ao ciclo do ouro, à expansão da economia cafeeira.

Os avanços tecnológicos e os aumentos de produtividade foram inegáveis, mas cabe ressaltar que o Brasil obteve taxas modestas de crescimento econômico, pois na verdade, o país teria necessidade do dobro, ou do triplo, para absorver o exército industrial de reserva e acomodar todos os novos entrantes na população economicamente ativa. Pode-se considerar que as medidas neoliberais se preocuparam mesmo com a estabilização macroeconômica do que com o atendimento de indicadores positivos no grau de ocupação da força de trabalho. Se analisar a grandeza da obra de derrubada dos comportamentos indexacionistas e na da própria cultura inflacionária no Brasil, tem-se noção do quanto foi realizado na segunda metade dos anos 90, pois pela primeira vez em muitas décadas, a moeda correspondeu a uma expressão de valor notável. (ALMEIDA, 2002)

5.2 O NEOLIBERALISMO EM QUESTÃO

Duas décadas depois, ao realizar um balanço do neoliberalismo, partindo do pressuposto que os mercados são auto-corrigíveis, pode-se concluir que este não

corresponde integralmente às expectativas, pois Joseph Stiglitz (2008), afirma que:

“A economia nos vários países e na economia mundial em geral, não retomou a expansão, a distribuição de renda no mundo piorou, o desemprego aumentou sensivelmente, as economias nacionais ficaram mais fragilizadas, as crises financeiras se sucederam. O neoliberalismo se apoiou em grande parte no ciclo expansivo da economia norte-americana, que funcionou como locomotiva da economia mundial, pretendendo assumir uma dinâmica de crescimento permanente, até que esse ciclo se esgotou em 2001.”

Durante um quarto de século, houve uma competição entre os países em desenvolvimento e os que menos se beneficiaram foram exatamente os que adotaram políticas neoliberais. Mesmo quando cresceram, os benefícios se acumularam de forma desproporcional aos que já estavam no topo. De acordo com as evidências, não se pode dizer que os mercados financeiros fizeram um bom trabalho ao alocar recursos no fim da década de 90, quando 97% dos investimentos em fibras óticas levaram anos para obterem sucesso, por exemplo. Apesar de tudo, alguns efeitos positivos, como a queda dos custos de comunicação, que resultou numa maior integração da China e da Índia na economia global. Além disso, os mercados também não prepararam a todos para o aumento dos custos do petróleo e dos alimentos. É evidente que nenhum dos dois setores pode ser exemplo de livre mercado, mas este é, em parte, o ponto: a retórica do livre mercado tem sido usada de forma seletiva, correta quando cabe a interesses especiais e descartada quando não o faz. (STIGLITZ, 2008)

A doutrina neoliberal pode funcionar muito bem em uma economia em expansão, relativamente livre e forte, como a da Inglaterra, na época de Adam Smith. Mas, como mostra a experiência, o *laissez-faire* não funciona tão bem em uma economia em fase de recessão, ou em nações em desenvolvimento, ou mesmo quando o desemprego é alto. (STIGLITZ, 2008)

Os movimentos contra a globalização neoliberal questionaram seu esgotamento e a passagem dos que pregam ainda as políticas neoliberais a uma posição defensiva. A saturação, ao mesmo tempo teórica e prática do neoliberalismo, não representa seu fim. Os mecanismos de mercado que ele multiplicou seguem tão ou mais fortes do que antes, condicionando e cooptando a governos e partidos, a forças sociais e a intelectuais. A luta contra a mercantilização do mundo é representada como a luta contra o neoliberalismo, pela construção de

uma sociedade democrática, o que significa necessariamente de uma sociedade governada conscientemente pelos homens e não pelo mercado. (SADER, 2003)

Que tipo de sociedade sucederá ao neoliberalismo é o grande tema a enfrentar. O neoliberalismo é um modelo hegemônico – não apenas uma política econômica, mas uma concepção da política, um conjunto de valores mercantis e uma visão das relações sociais – dentro do capitalismo. Sua substituição não significa necessariamente uma ruptura com o capitalismo. Ela pode se dar pela superação do neoliberalismo a favor de formas de regulação da livre circulação do capital, seja na lógica do grande capital, seja na sua contramão. Isto vai depender das condições em que se der essa superação, com que relação de forças social e política. (SADER, 2003)

O próprio grande capital pode retomar formas de regulação, de proteção, de indução estatal na economia, seja alegando necessidades de fato, seja retomando concepções mais intervencionistas do Estado, com críticas às limitações do mercado. Esta visão está representada pelo especulador Georges Soros, que afirma que o mercado seria bom para produzir um certo tipo de bens, mas não os bens que chama de públicos ou sociais, que deveriam ser de responsabilidade do Estado. Trata-se de um reconhecimento de que o mercado induz à acumulação privada e não ao atendimento das necessidades da grande maioria da população. Ou pode simplesmente, pela via dos fatos, violar suas próprias afirmações e desenvolver políticas protecionistas – como as do governo Bush nos Estados Unidos -, alegando necessidades de segurança ou de defesa de setores da economia ou mesmo do nível de emprego. (SADER, 2003)

Atualmente, existe uma grande disparidade entre os retornos sociais e os retornos privados. Se não forem alinhados, o sistema de mercado nunca poderá funcionar bem. Em termos de liberalização comercial, no auge da onda neoliberal alguém acreditou que o destino do mundo era a total abertura, pois bem, não é assim que as coisas funcionam. Alguns analistas acreditam que o fracasso das negociações, mais do que um impacto comercial, pode representar um impacto no próprio sistema multilateral de comércio. Dessa forma, a OMC perderia credibilidade na medida em que não conseguiu se transformar num fórum de negociações capaz de estimular seus membros a alcançarem sucesso em negociações, ao mesmo tempo em que algumas de suas decisões não têm sido respeitadas por seus

membros. Nessa mesma linha de pensamento, as negociações multilaterais tenderão a desaparecer no curto-prazo, sendo substituídas por negociações bilaterais. (STIGLITZ, 2008)

5.2.1 A rodada de Doha

A Agenda Doha de Desenvolvimento, mais conhecida por Rodada Doha, foi lançada em 2001, no Qatar, e apresentou desde seu início uma série de propostas em termos de diminuição das barreiras comerciais existentes entre todos os membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). Sem sucesso logo no começo, passou por várias tentativas de reativar as discussões: em Cancún (México, 2003), em Genebra (Suíça, 2004), Paris (França, 2005) e Hong Kong (2005). (CINTRA, 2008b)

A rodada de Doha nada mais é do que negociações em prol da liberalização do comércio mundial. De fato, tais negociações, feitas entre as maiores potências comerciais do mundo, envolvem inúmeras questões e interesses de cada um, se apresentando como algo bastante complexo. É composta por 142 países que concordaram em realizar, até 2005, uma rodada com a intenção de tornar as regras de comércio mais livres para os países em desenvolvimento, através da redução de tarifas e subsídios e assim promover o comércio internacional. (DANTAS, 2008)

Segundo BENEVIDES (2001), as negociações propostas pouco avançaram nas demandas tanto dos países ricos quanto do lado dos países em desenvolvimento, representados pelo G20¹⁵. Os países mais pobres querem a diminuição do protecionismo do mundo rico para produtos agrícolas, em troca de concessões em desenvolvimento em bens industriais e serviços. Os temas principais são:

a) Compromisso de tentar resolver os problemas enfrentados pelos países mais pobres para implementar os acordos da OMC.

b) No setor agrícola o objetivo é facilitar o acesso de produtos agrícolas dos países em desenvolvimento para mercados como os dos Estados Unidos, do Japão e da União Européia. A negociação envolve a discussão de um cronograma de

¹⁵ Grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia.

redução gradual dos subsídios à exportação concedidos por estes países, com o objetivo de que sejam eliminados.

c) O acordo GATS vai obrigar os países integrantes da OMC, incluindo a China, a abrir mercados para bancos e seguradoras estrangeiras.

d) Negociações para reduzir ou eliminar tarifas e outras barreiras protecionistas para importação de produtos manufaturados de países em desenvolvimento, que normalmente são sobre taxados por países desenvolvidos.

e) O TRIPs existe desde 1995, mas um grupo de mais de 50 países liderados pelo Brasil, conseguiu garantir o direito dos países de quebrar patentes e conceder licenças para a fabricação de medicamentos com a finalidade de proteger a saúde pública. Por pressão da União Européia, a declaração assinada pelos ministros em Doha também determina a criação de uma comissão para estudar o relacionamento entre o TRIPs e a Convenção de Biodiversidade. Os críticos da OMC afirmam que a organização desrespeita acordos ambientais internacionais como esta convenção.

f) Início de negociação para a harmonização de leis nacionais controlando a entrada de investimentos externos e de estudos para o estabelecimento de mecanismos de proteção de investimentos diretos externos. A rodada quase fracassou por resistência da Índia em aceitar o início destas negociações. Como resultado, os indianos conseguiram o direito de participar dos estudos e da negociação em si (que só começa em 2004), mas de não assinar um possível acordo.

g) Cria um grupo para estudar propostas de criação de políticas de transparência nos governos, de não-discriminação (em concorrências), mecanismos de impedimento de criação de cartéis, para levar à apreciação da 5ª Conferência da OMC.

h) Começam as negociações para criação de regras de transparência de concorrências públicas para os países membros que ainda não as têm e harmonização das regras dos países que já têm legislação a respeito.

i) Identificação de práticas que criam distorção de preços nos mercados, revisão das regras de concessão de subsídios à pesca, e regras aplicadas a acordos regionais de comércio, para que fiquem de acordo com regras já existentes na OMC.

É na negociação de regras que os países vão negociar a restrição de medidas antidumping praticadas por países desenvolvidos como os Estados Unidos.

j) Cria grupo que vai estudar a relação das regras de acordos da OMC com acordos ambientais multilaterais.

k) Fixado o prazo até 2003 para por fim às negociações de melhorias no sistema de solução de disputas.

l) Negociações para a integração de economias pequenas e vulneráveis ao sistema multilateral de comércio.

m) Os países membros se comprometeram a não criar impostos para transmissões eletrônicas até o ano de 2003, mas não fixaram data para início de negociações no setor. O grupo de trabalho criado para estudar comércio eletrônico continua em ação e vai apresentar um relatório à 5ª conferência, também em 2003.

n) Um grupo de trabalho vai estudar o relacionamento entre comércio, dívida e financiamento, para fazer recomendações para que a OMC, dentro de suas competências, possa contribuir para a solução do problema do endividamento.

o) Grupo de trabalho vai estudar formas de aumentar o fluxo de transferência de tecnologia para países em desenvolvimento, dentro das competências da OMC.

p) Assistência técnica a países menos desenvolvidos para se ajustar à regras e disciplinas da OMC, dando prioridade aos países que não têm representação em Genebra.

q) A OMC se comprometeu a considerar a criação de novos instrumentos de abertura de mercados para os países menos desenvolvidos.

Em 2006 as negociações foram oficialmente suspensas e houve uma tentativa de retomada com uma reunião não-oficial em julho de 2007, em Potsdam (Alemanha), o que também não resultou em progressos. Agora, em 2008, novamente os negociadores estão reunidos em Genebra para tentar uma solução, mas é visto que ainda não se conseguiu alcançar seu objetivo. (CINTRA, 2008b)

O principal problema da Rodada de Doha é a grande preocupação que cada país tem em favor de seus próprios interesses, uma vez que, teoricamente, o maior propósito das negociações seria o desenvolvimento dos países pobres e o combate à fome. Todas essas questões já foram discutidas nas rodadas em Cancun, Genebra, Paris, Hong Kong e Potsdam. (DANTAS, 2008)

Resumindo, pode-se dizer que os países emergentes, como a Índia, por exemplo, querem que a União Europeia e os Estados Unidos diminuam os impostos aos produtos agrícolas estrangeiros. Já os países desenvolvidos querem, em troca, uma maior abertura para seus produtos industrializados. Em outras palavras, podemos dizer que todos querem mercados mais abertos para seus produtos, mas não desejam abrir seus próprios mercados, pois temem que tal abertura prejudique suas economias. (DANTAS, 2008)

Ao mesmo tempo em que os EUA apresentavam suas propostas de mudanças, podia-se perceber que havia pouca disposição política para acordos mais profundos, enfraquecendo a capacidade negociadora. O mesmo pode ser visto nos casos da Índia e da China que, em face de questões domésticas, também não apresentava uma predisposição negociadora muito intensa. Já para a União Europeia havia uma disposição negociadora maior, mas pouco espaço para grandes compromissos em função de pressões protecionistas internas, o que também resultou numa limitação importante em sua capacidade de negociação. (CINTRA, 2008a)

Desde a criação da OMC em 1995 muito se caminhou em termos de liberalização comercial e seguramente o mundo hoje apresenta taxas de trocas comerciais significativamente mais elevadas do que as que existiam uma década atrás. No entanto, relativamente pouco se avançou nas dimensões ambiental e trabalhista dentro da questão comercial. Ou seja, a liberalização acrescentou aos países em termos de riqueza, mas não necessariamente em termos socioeconômicos diretos. Mais do que um problema econômico, o fracasso das negociações se deu por motivos políticos, de forma que é necessário entender o fim da Rodada não como a perda de uma importante oportunidade de abertura comercial, mas como a indicação da mudança dos ventos que até então moviam a economia mundial. (CINTRA, 2008a)

Quando essas negociações para a abertura de mercados ao comércio internacional tiveram início, o mundo era diferente, pois comida e petróleo andavam barato e o aquecimento global não era considerado grande problema. Hoje, os países que têm população pobre querem proteções para o caso de a crise alimentar aumentar de forma repentina. O petróleo em alta pressiona as economias e o fato de

que todos têm de lidar com contenção nas emissões de carbono aumenta o custo de vida. (DORIA, 2008)

5.3 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

A integração entre os países revelada pela globalização torna possível para os investidores internacionais, pelo acesso ao computador de um banco, retirar milhões de dólares de países nos quais vislumbram problemas econômicos. Quando os países se tornam vulneráveis a esses movimentos bruscos de capitais, organismos internacionais como o FMI liberam empréstimos. Em contrapartida, os governos ficam obrigados a obedecer ao receituário do organismo. Além de muitas vezes penalizar as populações carentes, por causa da desativação ou desaceleração dos investimentos sociais, essas políticas tendem a frear o crescimento, por força da maior carga tributária, do congelamento de investimentos públicos e da elevação dos juros. (FRANCO, 2008)

Assim, a globalização acenou com perspectivas que não se concretizaram. Imaginou-se um mundo plenamente integrado e sem fronteiras. Pelas previsões de seus defensores, novas tecnologias e métodos gerenciais levariam ao bem-estar dos indivíduos e à redução das desigualdades. Não é isso, porém, o que se vê, pois os últimos anos registram aumento das desigualdades no cenário mundial. (FRANCO, 2008)

Essa relação existente entre os mercados provocou nos últimos meses, uma crise comparável apenas ao crack da bolsa de Nova York em 1929, a crise do mercado financeiro. A crise que abalou o sistema financeiro do mundo todo, que fez com que a desaceleração da economia provocasse desconfiança dos investidores, que tem origem no mercado imobiliário dos EUA, onde os americanos estão atrasando ou deixando de pagar a hipoteca da casa própria. Com isso, são afetadas todas as empresas envolvidas nos empréstimos imobiliários. E o calote não é pequeno, pois grande parte do total de empréstimos feitos nos EUA são hipotecas. (NAIME, 2007)

Nas últimas décadas, a classe média norte-americana hipotecou em massa seus imóveis. Com o aumento desse mercado, o investimento em imóveis tornou-se bastante atrativo. Aumentando a demanda, o preço dos imóveis subiu. Os

problemas começaram em 2007 passado, quando o presidente do o banco central dos Estados Unidos, Ben Bernanke, deu a entender que estava surgindo um movimento inflacionário no país, por conta do excesso de dinheiro no mercado. Como forma de controle, as taxas de juros entraram em um movimento de leve alta, e com a alta dos juros, as pessoas, ao invés de comprar imóveis, começaram a se sentir mais atraídas a aplicar em títulos do governo, os quais seriam mais rentáveis. (Gazeta Brazilian Days, Fort Lauderdale, FL – USA, 20 mar. 2007)

O mercado imobiliário, então, começou um movimento reverso, de queda nos preços, provocada pela menor procura. Dessa forma, com os preços dos imóveis em baixa, as novas hipotecas alcançaram valores menores – e as empresas de concessão de crédito passaram a enfrentar a inadimplência. No total, 4,95% dos empréstimos imobiliários não foram pagos no quarto trimestre de 2006. A maior parte da inadimplência se refere aos empréstimos concedidos ao segmento baixa renda. (NAIME, 2007)

O não pagamento dos financiamentos atingiu as empresas de hipoteca, mas também os investidores que emprestaram dinheiro a elas. Sem receber as prestações, a empresa não repassa o dinheiro ao investidor. Esse, por sua vez, para reduzir suas perdas, vende ações de outros negócios na bolsa. Com todos vendendo, as bolsas caem. Essa queda agravou-se a partir da suspeita de bancos de investimentos irem à falência, o que fez suspender as negociações com esses bancos pela Bolsa de valores de Nova York, resultando num abalo de credibilidade e em seguida os investidores deixaram de investir. (NAIME, 2007)

A questão se concretiza quando os problemas crescem o suficiente para afetar todos os mercados, a despeito de outros aspectos fundamentais. A estrutura atual dispersa o risco pelos quatro cantos do planeta, além de poder espalhar o medo em tempos de incerteza. Nos dias de hoje, com o mercado interligado através da globalização, não há meios de ficar imune às falhas no mercado. (FREITAS, 2007)

Defensores do neoliberalismo querem transferir a culpa pela falha do mercado, que não suportou a demanda, para o governo. Segundo Stiglitz (2008), um delegado do governo chinês atribuiu a culpa ao governo dos EUA, que para ele, devia ter feito mais para ajudar os norte-americanos com rendimentos mais baixos a gerir melhor o problema do crédito hipotecário à habitação. Apesar de correto, isso

não muda os fatos: os bancos americanos erraram no cálculo dos riscos e atrelados à uma má gestão, resultou em conseqüências globais. (STIGLITZ, 2008)

É difícil enxergar benefícios na errada alocação de recursos para a construção civil. As novas residências construídas para famílias que não podiam pagar por elas viraram lixo, e milhões de residentes tiveram de deixar suas casas. Em algumas comunidades, o governo finalmente entrou no circuito para remover os destroços. Em outras, a destruição aumenta. Dessa forma, mesmo aqueles que foram modelos de cidadão, cuidadosos em seu endividamento e na manutenção de seus lares, agora verificam que o mercado desvalorizou suas residências além do que podiam supor seus piores pesadelos. (STIGLITZ, 2008)

Conforme Monteiro (2008), existiram benefícios de curto prazo no excesso de investimentos no mercado imobiliário: alguns americanos puderam ter sua própria casa e morar numa residência maior do que a que poderiam ter, mas a um alto custo para eles mesmos e para a economia mundial. Milhões de pessoas ficaram sem as economias de toda a vida quando perderam suas casas. Para socorrer as empresas de hipoteca prestes a falir e conter a queda nas bolsas do mundo inteiro, a intervenção do governo foi inevitável.

A crise desperta questões com respeito à teoria neoliberal. O economista Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-presidente do BNDES, afirma que os problemas no mercado de crédito mostram apenas que o liberalismo econômico tem limites, e que a participação dos governos ainda é um instrumento importante no funcionamento do sistema mundial. Para ele, o que está derrotada é uma visão errada do equilíbrio entre a ação de governos e a liberdade dos mercados. (VALLONE, 2008)

De acordo com Vallone (2008), o senador Aloizio Mercadante, defende que a teoria de auto-regulação se desfez com a atual crise financeira, e que acredita que "a visão que o Consenso de Washington apresentou como pensamento único naufragou nessa crise". Ressalta ainda o que Keynes dizia, na medida que o papel do Estado como regulador da atividade teria que retornar. Para Mercadante, não haverá estabilidade financeira sem que novos mecanismos de controle e regulação do sistema financeiro sejam implantados.

Além disso, ele afirma que essa intervenção será exigida pelo povo norte-americano:

"Os contribuintes americanos jamais vão aceitar essa socialização das perdas das instituições financeiras sem a segurança de que situações como essa não se repetirão com essa gravidade"... "E as crises sempre ajudam na formulação de teorias econômicas, tanto no sentido da prevenção em relação a crises futuras, quanto de alternativas para superar os impasses que elas patrocinam. Então nós teremos um avanço da teoria". (Mercadante *apud* Vallone, 2008)

Defensora da intervenção do Estado máximo na economia, a ministra Dilma Rousseff, afirma que a idéia de que o Estado deveria intervir menos na economia nunca foi aplicada em economias desenvolvidas, principalmente nos Estados Unidos, onde o sistema surgiu. Completa afirmando que a história do neoliberalismo só valia para os países subdesenvolvidos. Segundo a ministra, "no mundo capitalista desenvolvido jamais houve liberalismo", e que a criação do PAC é um programa que permite resgatar o planejamento do Estado, salientando que o programa é o primeiro degrau para os próximos anos que pode garantir o crescimento sustentável do país. (MONTEIRO, 2008)

Para o ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira, essa crise marca o fim da onda neoliberal e também mostra a necessidade que a sociedade está encontrando de renovar o papel do Estado. O socorro é a demonstração dos fracassos de um mecanismo puramente do setor financeiro, o qual teria se tornado o arauto do neoliberalismo, e é o que precisa de ajuda do Estado. Bresser defendeu também uma complementação entre a intervenção do mercado financeiro e do Estado na economia. Disse ainda que a situação seria pior caso não houvesse uma intervenção mais forte do banco central dos EUA na economia do país nesse momento. (MONTEIRO, 2008)

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que a intervenção do governo americano às empresas é positivo porque evita que a crise se expanda para empresas e bancos estrangeiros que investiram nessas companhias que movimentam US\$ 13 trilhões. Delfim Neto, também ex-ministro da Fazenda, salientou que não existe desenvolvimento econômico sem a intervenção do Estado, declarando que o Estado indutor é um instrumento que mobiliza o setor privado. (MONTEIRO, 2008)

A economista Maria da Conceição Tavares relatou que a intervenção do

governo dos EUA representa o que pode se chamar de "enterro do neoliberalismo": "É fantástico o país mais liberal do mundo ter de estatizar. É o enterro do neoliberalismo de uma maneira trágica". (Tavares *apud* Monteiro, 2008)

6. CONCLUSÃO

A maneira com que o cenário econômico mundial se encontra hoje foi confeccionada por diversos fatos que puseram em pauta uma das principais teorias econômicas do século XX. Utilizado como alternativa para a retomada do crescimento no final da década de 1970, o neoliberalismo que surgia com Milton Friedman e Hayek, torna-se base de formas de política e economia para o mundo todo. Os principais aspectos defendidos pelos neoliberais é fundamentalmente a participação mínima do Estado, a concepção de que os mercados se auto-regulam, a liberalização do comércio e a privatização de alguns setores estatais.

A princípio, as idéias entraram em prática nos governos britânico e americano, com Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente, mas logo foram estabelecidas como solução para países em desenvolvimento. Através do Consenso de Washington, foram elaboradas 10 reformas que pretendiam ajudar a América Latina a retomar o crescimento e alcançar o desenvolvimento, já que os países latinos encontravam-se numa crise hiper-inflacionária.

Com a proposta de diminuir o protecionismo e vincular uma política fiscal, o resultado da aplicação dessas idéias não alcançou com grande êxito o objetivo esperado. Mesmo as idéias não sendo abordadas de forma uniforme nos países, as economias desses PED's atingiram superficialmente as metas esperadas. No caso da Bolívia e do México, por exemplo, que adotaram políticas de estabilização da economia, liberalização e privatização, não retomaram o crescimento. Já no Brasil, que teve forte participação de governos liberais na década de 1990, não ocorreram nem conseqüências graves, nem melhorias espetaculares.

O protecionismo ainda exercido pelos países desenvolvidos em tipos variados de mercados, com o uso de recursos como subsídios, tarifas e taxas, não só demonstra que além de dificultar a relação de competitividade do mercado contra os países em desenvolvimento, também confirma que as regras nestes países são diferentes.

A não intervenção do Estado e a auto regulação do mercado, principais pressupostos da teoria neoliberal, são questionadas por não funcionarem de maneira coerente. O mundo globalizado disponibilizou o fácil acesso aos mercados, que a princípio, geraria efeitos positivos ao provocar aceleração dos recursos de

comunicação e melhorar as relações econômicas. Isso de fato é verdade, mas ao mesmo tempo proporcionou um efeito contrário ao difundir, também com facilidade, as dificuldades de mercado de um lado a outro.

A partir de crises decorrentes do mau funcionamento do mercado é que o neoliberalismo entra em sua maior questão. Por mais que os seus defensores acreditem ainda que o que ocorre são falhas de governo, os argumentos se esgotam à medida que apenas o poder do Estado pode acalmar a economia mundial. Um exemplo concreto em que se põe à prova as idéias neoliberais é a crise financeira mundial. À medida que a crise passou do mercado imobiliário para o mercado financeiro é que a situação tomou a imensa proporção. O valor monetário que envolve todos os movimentos relacionados à crise, chega a ser, de certa forma, incalculável, tamanho o prejuízo causado. Os governos dos Estados Unidos e diversos governos europeus intervieram, entrando em acordo com instituições privadas a fim de conter maiores prejuízos.

Diante dos fatos, é certo que esperar que o mercado se restabeleça de forma voluntária é uma decisão um tanto quanto arriscada já que os estragos estavam cada vez piores. Nesse caso, a intervenção do Estado foi, se não a única, mas a melhor alternativa para conter o funcionamento errado do mercado. Deve-se observar que a atitude foi tomada por países precursores do movimento neoliberal, e que um dia acreditaram na idéia do livre comércio.

A incerteza explicada por Polanyi acerca do “objetivo de qualquer governo é de ter a capacidade de proteger seus cidadãos da insegurança”, faz com que a sentença se confirme na medida em que a crise se alastra a partir da incerteza dos investidores no mercado financeiro, por exemplo. Polanyi acrescenta ainda que um regime de *laissez-faire* global que impede os governos de cumprir esse papel protetor está criando as condições para uma instabilidade política, e econômica ainda maior.

Pode-se concluir de um modo geral, que não se sabe que vertente vem a seguir para guiar a melhor forma de comando do mercado em meio a dificuldades financeiras que se mostrem fora do alcance do próprio mercado reagir. As controvérsias advindas da intenção dos países ricos para com os países subdesenvolvidos em propor idéias as quais não são vinculadas pelos próprios precursores, e a incompleta liberalização daqueles para com o mercado, revelam

outros motivos para que se questione a utilização da teoria neoliberal como base teórica, pois as evidências são muitas, suficientes para o neoliberalismo perder credibilidade frente aos seus idealizadores.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. R. **A indiscutível leveza do neoliberalismo no Brasil: uma avaliação econômica e política da era neoliberal.** Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, Maringá, PR, v. 1, n. 10, 2002. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>> Acesso em 26 set. 2008
- ALVES, G. **Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000).** Rev. Sociol. Polit. N.19. 2002 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200006>. Acesso em: 19 set. 2008
- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo.** In: GENTILI, P.; SADER, E. (Org) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático.* São Paulo: Paz e Terra, 1995
- ANTUNES, R. **O novo sindicalismo.** São Paulo : Brasil Urgente, 1991
- ARAÚJO, J.P. **Manual dos Direitos Sociais da População: as reformas constitucionais e o impacto nas políticas sociais.** Belo Horizonte/MG, O Lutador, 1998
- AVEBURG, A. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90.** In: GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. M. **A economia brasileira nos anos 90.** Rio de Janeiro: BNDES, 1999
- AVERBUG, A. GIAMBIAGI, F. **A Crise Brasileira de 1998/1999 - Origens e Conseqüências.** Texto para Discussão nº 77, Rio de Janeiro, maio 2000
- AZEVEDO, A. F. Z.; PORTUGAL, M. S. **Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações.** Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v.8, n.1, p.37-63, jul. 1998. Disponível em: <www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/1997_05.pdf> Acesso em: 19 set. 2008
- BASTOS, F. M. **Neoliberalismo e a Recente política de privatização no Brasil: O caso da malha nordeste de rede ferroviária federal S.A –RFFSA.** Fortaleza, 2003
- BATISTA JR., P. N. **A economia como ela é...** São Paulo : Boitempo, 2000
- BENEVIDES, C. **Temas da Agenda Doha de Desenvolvimento.** BBC Brasil, Doha, Nov. 2001.
- BIONDI, A. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, vol.21, n.1, p.3-24, abr.1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=240>> Acesso em: 18 set. 2008.

CANNABRAVA, P. F. **América Latina pós Consenso de Washington.** São Paulo, out. 2003

CARDOSO, T. **A Desforra do Stop and Go?** Abr. 2002. Disponível em: <http://www.ordemeconomistas.pt/files/Economistas/teodora_cardoso/8_aDesforraDoStopAndGo.pdf> Acesso em 30 out. 2008

CHAGAS, H. **O liberalismo, o neoliberalismo econômico e a Constituição Federal.** Disponível em: <<http://www.loveira.adv.br/material/liber.htm>> Acesso em 16 set. 2008

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo, Xamã, 1996

CINTRA, R. **Rodada Doha: fim ou começo?** Agosto 2008a. Disponível em: <<http://blog.rodrigocintra.pro.br/category/relacoes-internacionais-comercio/organizacao-mundial-do-comercio-omc/>> Acesso em: 28 set. 2008

CINTRA, R. **Mais um suspiro para a Rodada Doha.** Julho 2008b. Disponível em: <<http://blog.rodrigocintra.pro.br/category/relacoes-internacionais-comercio/organizacao-mundial-do-comercio-omc/>> Acesso em 27 set. 2008

COULON, O. M. A. F.; PEDRO, F. C. **O Liberalismo Econômico: A Escola Clássica Inglesa. Dos Estados Nacionais à Primeira Guerra Mundial,** 1995, CP1-UFMG. Disponível em: <<http://br.geocities.com/fcpedro/libclas.html>> Acesso em: 18 set. 2008

CREMONESE, D. **Neoliberalismo: o capitalismo globalizado: um modo de vida não sustentável.** Ijuí - RS: Ed. da Unijuí, 2002. Disponível em: <<http://ipd.unijui.tche.br/ipdcidadania/artigo5.html>>. Acesso em: 30 out. 2008

DANTAS, T. **A Rodada de Doha.** Geografia Geral, 2008. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/rodada-doha.htm>> Acesso em: 28 set. 2008

DORIA, P. **Rodada de Doha, OMC e o mundo que não abre, mas não abre de jeito nenhum.** Julho 2008. Disponível em: <<http://pedrodoria.com.br/2008/07/>> Acesso em 10 out. 2008

DORNBUSCH, R., EDWARDS, S. **A macroeconomia do populismo.** Trabalho apresentado à segunda reunião do IASE, Bogotá, 30 de março e 1º. de abril, 1989. Publicado por em Bresser-Pereira, L. C. (org.). *Populismo econômico.* São Paulo: Ed. Nobel, 1991

FRANCO, P. **A hegemonia do novo liberalismo**. A política Neoliberal, 2008. Disponível em: <www.portalimpacto.com.br/docs/01Franco1ANO Aula19.pdf> Acesso em 06 set. 2008

FREITAS, N. **Crise no mercado de hipotecas nos EUA**, Newton Freitas, 2007. Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=428>> Acesso em 19 set. 2008

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições**. São Paulo: Boitempo, 2000

FRIEDMAN, M. FRIEDMAN, R. **Liberdade de Escolher: o novo Liberalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. Rio de Janeiro: Artenova, 1977

GALVÃO, P. JR. **Um Ensaio Crítico Sobre a Pobreza: de Malthus a Sachs**. 04 de Setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/dmdocuments/Um%20Ensaio%20Cr%EDtico%20sobre%20a%20Pobreza%20de%20Malthus%20a%20Sachs.pdf>> Acesso em: 10 out. 2008.

GARLIPP, J. R. D. **Marx, Keynes e Polanyi e a Economia Desregrada - Três contribuições críticas ao mercado auto-regulado**. In: XXXIV Encontro Nacional de Economia - ANPEC 2006

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, P. R. **Morte do Consenso de Washington? Os Rumores a esse Respeito Parecem Muito Exagerados**. Texto para Discussão, nº 103, IPEA, Rio de Janeiro, outubro de 2003

GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **Políticas Neoliberais? Mas o que é o Neoliberalismo?** Revista do BNDES. Rio de Janeiro, V. 7, N. 13, P. 171-190, junho 2000

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

GRAY, J. **Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global**. Rio de Janeiro, Record, 1999

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987, p.91

KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982, p. 83-95, 136-142

KUWAHARA, M. Y. **Informação, Conhecimento e Poder: contribuição para a Economia Política da Comunicação**. São Paulo, 2004

LAGE, A.C. **Liberalismo no Brasil**. Abril 2008. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_liberalismo.htm#_ftn1> Acesso em: 05 set. 2008

MACHADO, L. **Grandes Economistas X: A extraordinária contribuição de David Ricardo**. JUL. 2007 Disponível em:
<http://www.cofecon.org.br/index.php?Itemid=114&id=893&option=com_content&task=view> Acesso em: 05 set. 2008

MACRONE, M.; DIAS, S. **Adam Smith: A Mão Invisível**. Filosofia e Idéias. Disponível em:< <http://www.geocities.com/Athens/4539/adamsmith.html>> Acesso em: 17 set. 2008

MALAN, P. S. **Uma crítica ao Consenso de Washington**. Revista de Economia Política, vol. 11, n3 (43), julho-setembro 1991

MARQUES, G. **Milton Friedman e a defesa do neoliberalismo**. Jornal Opinião socialista, Ed. 282, Belém, novembro 2006. Disponível em:
<http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=5939&ida=33> Acesso em: 05 set. 2008

MATTOSO, J. **Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa**. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 14, n. 3. p. 115-123, 2000.

MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997

MONTEIRO, V. **Ajuda dos EUA é fim do neoliberalismo, dizem analistas**. Jornal do Brasil. Brasília, julho 2008. Disponível em:
<<http://jbonline.terra.com.br/editorias/textosdoimpresso/jornal/economia/2008/09/09/economia20080909003.html>> Acesso em: 18 set. 2008

NAÍM, M. **Ascensão e queda do Consenso de Washington**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, 2000

NAIME, J. **A América Latina e o ajuste estrutural após o Consenso de Washington**. Resenha Economia e Comércio / Desenvolvimento. Novembro 2004. Disponível em:
<http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050905101014.pdf?PHPSESSID=50f7b3d28cf34cd301ab5103858d4275> Acesso em: 05 set. 2008

NAIME, L. **Entenda a bolha imobiliária dos EUA**. G1 Notícias. 19 dez. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL11182-9356,00.html> Acesso em: 22 set. 2008

NEGRÃO, J. J. **Para conhecer o Neoliberalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 1998.

OLIVEIRA, G. (org.) **Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira**. Texto para discussão n. 313. Brasília: IPEA, 1993

PAREJO, L.C. **Neoliberalismo: entenda a doutrina econômica capitalista**. UOL Educação - Geografia. Disponível em:
<<http://educacao.uol.com.br/geografia/neoliberalismo.jhtm>> Acesso em: 10 set. 2008

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida?** Textos para Discussão, nº91, Rio de Janeiro: BNDES, Nov. 2001

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001a

POCHMANN, M. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001b

POLANYI, K. 1944. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980

RECCO, A. **História do Liberalismo Econômico no Brasil**. Março 2004. Disponível em: <http://www.ciari.org/opiniaohistoria_liberalismo_economico_brasil.htm> Acesso em: 16 set. 2008

Reunião entre **Brasil, Índia, EUA e União Européia "está morta"**. UOL Economia. Jun. 2007. Disponível em:
<<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2007/06/22/ult4294u638.jhtm>> Acesso em 17 set. 2008

RODRIGUES, D. S. **James Mill e os freios contra o mau uso do poder**. Revista Espaço Acadêmico, n 58, março 2006. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/058/58rodrigues.htm>> Acesso: 17 set. 2008

SADER, E. S. **Era uma vez o neoliberalismo**. América Latina em Movimento. Quito, v. 369, p. 10-18, 2003. Disponível em: <<http://alainet.org/active/3777&lang=es>> Acesso em: 18 set. 2008

SADER, E. S. **O Pós-Neoliberalismo Na América Latina**. São Paulo: PAZ E TERRA, 1995

SILBER, D. S. **Mudanças Estruturais na Economia Brasileira(1988-2002): Abertura, Estabilização e Crescimento**. São Paulo, 2002. Disponível em:
<www.usp.br/prolam/simao.pdf> Acesso em: 19 set. 2008

SGARBI, P. **Laissez-faire**. Recanto das Letras. Novembro 2007. Disponível em:
<<http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/741674>> Acesso em: 18 set. 2008

Sonho da casa própria vira pesadelo. Gazeta Brazilian News, Março 2007. Disponível em:
<http://www.gazetanews.com/imigracao_noticia.php?cd_noticia=6801&mes_ano=11>

2007> Acesso em: 02 out. 2008

SOUSA, N. A. **Crise Econômica**. São Paulo, QUILOMBO, 1982, p. 06

STIGLITZ, J. **Será o fim do neoliberalismo?** Julho, 2008. Disponível em:
<<http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/opinion/columnistas/pt/desarrollo/1145657.html>> Acesso em 17 set. 2008

VALLONE, G. **Crise afetará neoliberalismo, dizem analistas**. O Estadão. Outubro 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/economia/not_eco252049,0.htm> Acesso em 17 set. 2008

WILLIAMSON, J.(org.). **Latin American adjustment**. Washington: Institute of International Economics, 1990.